



## **PROJETO BÁSICO - P.B.**

### **INTRODUÇÃO**

Apresenta-se este **Projeto Básico – P. B.**, com a finalidade de atender ao disposto na legislação concernente às contratações públicas, em especial ao art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1.988 da República Federativa do Brasil, normatizando, disciplinando e definindo os elementos que nortearão a instauração de procedimento licitatório, bem como, estabelecendo os requisitos mínimos a serem obedecidos como critérios de classificação e habilitação dos interessados, nos termos das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº 7.036/23.

### **1 - CONTEXTUALIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS**

O **Município de Itaperuna**, aqui denominado simplesmente de **M. I.**, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL é responsável pelas políticas públicas de desenvolvimento do esporte no Município, como tal, detém a competência de coordenar, formular, articular, executar, supervisionar e controlar as ações e serviços urbanos em geral, nos termos da Lei Municipal nº 1.097, de 29 de agosto de 2023, e demais normas aplicáveis à matéria.

Itaperuna possui uma extensão territorial de aproximadamente 1.106,694 km<sup>2</sup> e população estimada em 101.041 habitantes, segundo fonte do IBGE e atualizado em 2022. É o 28º município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro e o maior da Região Noroeste Fluminense, fazendo divisa com 10 (dez) municípios, sendo, portanto, PÓLO DE INTEGRAÇÃO.

O presente certame foi instaurado em virtude da Proposta nº 09032025, relativa a uma emenda especial (PIX) indicada pelo parlamentar Bebeto, vinculada ao Plano de Ação nº 09032025-084557.

Com a implantação do novo Campo Society, busca-se ampliar a oferta de infraestrutura esportiva moderna e qualificada, a fim de preencher essa lacuna no bairro, contribuindo para a redução da violência, desenvolvimento social de jovens e adultos, com práticas de esporte e lazer na área de baixa vulnerabilidade, favorecendo a formação de vínculos por meio da vivência comunitária e incentivando a adoção de práticas para uma vida ativa e saudável, em alinhamento aos interesses do Ministério do Esporte em promover a prática do esporte e lazer



**Prefeitura Municipal de Itaperuna**  
**Secretaria Municipal de Planejamento**  
**Av. Cory Pillar, nº 1838 – Cidade Nova**  
**Itaperuna/RJ - Tel.: 0800 711 2121**



para todas as idades.

O lote pertencente ao município de Itaperuna/RJ, no morro do Castelo, registrado no livro nº 2 de Registro Geral de Imóveis, CNM: 090514.2.0013504-09. Matrícula: 13.504, **conforme Certidão anexada ao Projeto Básico.**

As especificações contidas neste estabelecem as condições mínimas com as quais deverão ser executados os serviços, bem como com os PROJETOS (PLANTAS), MEMÓRIA DE CÁLCULO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CÁLCULO DEMONSTRATIVO DO BDI, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS e MEMORIAL DESCRITIVO, todos em anexo.

O serviço deve atender a todas as normas de Engenharia Civil reguladas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) vigentes. Algumas normas são dignas de nota com o objetivo de assegurar a segurança e qualidade da execução, tais como:

NR1 - Disposições Gerais; NR4 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho; NR6 - Equipamentos de Proteção Individual – EPI; NR7 - Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional; NR9 - Programas de Prevenção de Riscos Ambientais; NR10 - Instalações e Serviços em Eletricidade; NR11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais; NR12 - Máquinas e Equipamentos; NR18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e NR28 - Fiscalização e Penalidades.

## **2 - OBJETO**

O objeto deste Termo de Referência (Projeto Básico) é definir os parâmetros para a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, com a responsabilidade pelas obras do novo Campo Society no morro do Castelo, Bairro Centro, com o fornecimento de todos os materiais e mão de obra necessária à consecução do objeto, em conformidade com o Programa nº 09032025.

Fundamentação legal artigo 6º da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e o M. I., vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.



### **3 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO**

O detalhamento dos materiais a serem utilizados na execução da(s) obras/serviços encontra-se relacionado no Memorial Descritivo, anexo deste Projeto Básico.

### **4 - PLANEJAMENTO E DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS**

O detalhamento dos serviços a serem realizados encontra-se em anexo a deste Projeto Básico.

A contratada deverá elaborar os projetos complementares e executivos, conforme especificado no memorial descritivo contido no anexo deste Termo de Referência, além de fornecer, às suas expensas, todo o material, mão de obra e equipamentos necessários para a execução dos serviços.

Caso ocorram prejuízos pela ação ou imperícia da contratada, a mesma será responsável pela recuperação ao estado original. É importante destacar o cuidado aos demais elementos existentes no entorno da área de intervenção objeto deste projeto básico, sendo obrigação da Contratada relatar, antes do início do serviço, a existência de anormalidades e afins.

### **5 - PERMISSÕES E LICENÇAS**

A contratada deverá providenciar todas as licenças e permissões exigidas por imposição de leis, estimando essas despesas e incluindo-as nos preços de sua Proposta Comercial, além de apresentar a ART referente aos serviços e engenharia executados, conforme exigido pela legislação. Além disso, será responsável por submeter os projetos aos órgãos competentes e/ou concessionárias para aprovação, caso seja necessário.

### **6 - SEGUROS**

A contratada deverá providenciar às suas expensas, os seguros legalmente exigíveis e ainda, aqueles que entenderem como necessários para protegê-lo de eventuais danos no decorrer da execução contratual.

### **7 - TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM**

A contratada será responsável por todos os dispêndios e pelo transporte horizontal e vertical



**Prefeitura Municipal de Itaperuna**  
**Secretaria Municipal de Planejamento**  
**Av. Cory Pillar, nº 1838 – Cidade Nova**  
**Itaperuna/RJ - Tel.: 0800 711 2121**



necessários à execução das obras/serviços, incluindo o deslocamento da equipe, materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas e veículos indispensáveis à sua realização. Além disso, caberá exclusivamente à contratada arcar com as despesas de alimentação e hospedagem de seus funcionários.

## **8 - EQUIPAMENTOS, INSTALAÇÕES, MATERIAIS E PESSOAL**

Em virtude da natureza da obra de engenharia civil, a proponente deverá dispor para vinculação ao futuro contrato dos veículos, equipamentos, materiais e mão de obra em número/quantitativos necessários a execução dos serviços, com as características relacionadas na Planilha Orçamentária, indispensável ao perfeito cumprimento do objeto, sob pena de inabilitação.

É de responsabilidade do contratado, a guarda de todos os veículos, máquinas, equipamentos, materiais e ferramentas a serem instalados ou utilizados na execução das obras/serviços, até a aceitação definitiva do objeto contratado.

O licitante deverá dispor dos veículos, equipamentos na quantidade e especificações determinadas pelo CONTRATANTE, em boas condições de conservação e manutenção, devendo ser substituídos os equipamentos que apresentarem baixa produtividade e/ou rendimento na execução das tarefas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da solicitação efetuada.

Efetuar periodicamente a manutenção preventiva e corretiva dos veículos/equipamentos, sob as suas expensas, substituição de peças desgastadas com uso normal e o saneamento de qualquer irregularidade no funcionamento dos mesmos.

Fica a cargo da Contratada as despesas com combustível, assim como é de sua inteira responsabilidade as despesas com salários e encargos dos empregados incumbidos de operá-lo.

O adjudicatário será obrigado a manter no(s) local(is) das obra/serviços, pelos prazos que forem julgados necessários pela fiscalização, à vista do cronograma, os equipamentos, ferramentas e materiais necessários à execução dos trabalhos.

O M. I. através dos seus servidores, durante a fase de análise da proposta e julgamento da habilitação poderá solicitar diligência externa, com vistas a vistoriar as instalações e



equipamentos da proponente, relacionadas como disponível para a consecução do objeto.

## **9 - LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO**

A(s) obras/serviços serão executadas, rua Orlando Raeli, Centro (21°12'23.3"S 41°52'59.2"W), no período compreendido entre 7hs e 17hs, de segunda à quinta-feira e de 7hs e 16hs à sexta-feira, podendo excepcionalmente ser realizado nos sábados e domingo, bem como, nos feriados do Município de Itaperuna, do Estado do Rio de Janeiro e da República Federativa do Brasil.

O prazo de início da(s) obras/serviços será de até 10 (dez) dias e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento da Ordem de Serviços a ser emitida por esta Secretaria Municipal de Planejamento juntamente com a Secretaria de Esporte e Lazer.

O prazo de início de execução poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação.

Antes do início da(s) obras/serviços, é recomendada a presença do profissional responsável técnico da contratada com formação em engenharia ou arquitetura, para conferência das condições de execução, inclusive equipamentos de segurança.

A Contratada deverá fornecer os equipamentos de proteção individual e coletivo, quando aplicável, (EPI e EPC), além de uniforme aos seus funcionários, bem como, realizar o isolamento e proteção das áreas no entorno da(s) obras/serviço, garantindo a segurança de todos.

No recebimento e aceitação da(s) obras/serviços serão observadas, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

A(s) obras/serviços licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com este Projeto, após, a nota fiscal será atestada e encaminhada para pagamento.

Os serviços e materiais cotados deverão atender às exigências mínimas de qualidade conforme a Legislação da ANVISA, bem como os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, etc., atentando-se o contratado, principalmente, para as prescrições contidas na Lei nº 8.078/90.

O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites previstos no art. 125 da Lei



Federal nº 14.133/21.

O recebimento não excluirá a Adjudicatária pela responsabilidade civil, nem ético- profissional, pela perfeita execução do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 14.133/21.

## **10 - FORMA, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE E REGIME DE EXECUÇÃO**

O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preço o do valor global estimado, desclassificando-se as propostas com preços que excedam esse limite estabelecido, ou inexequíveis, assim considerados, aquele que não venha a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto da licitação.

A justificativa pelo tipo de julgamento escolhido se dá devido à natureza e especificidade dos serviços a ser prestado, garantindo assim, uma funcionalidade padronizada, sistêmica e eficaz, ainda que se possa depreender que haveria divisibilidade nos itens que compõem a planilha orçamentária do objeto, entende-se que não é tecnicamente viável dividi-lo, posto que não há expectativa de ganho em economicidade, mas sim grave risco de fracasso e prejuízo da execução pela divisão em lotes, posto que são interdependentes, cuja divisão dificultaria: o planejamento de atividades concomitantes por empresas diferentes, a eventual apuração de responsabilidade técnica e a garantia dos serviços. Da mesma forma, não é esperado aumento da competitividade pela divisão, uma vez que se trata de especialidades correlatas do ramo da engenharia civil, com expectativa de perda da economia de escala pela repetição dos profissionais envolvidos em cada empresa.

O regime de contratação para o objeto da presente licitação será estabelecido conforme o disposto no inciso XXVIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021, que define o regime de contratação empreitada por preço unitário para obras e serviços de engenharia. Nesse modelo, contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.

O licitante classificado em 1º lugar após a fase de lances, deverá apresentar à administração, por meio eletrônico, a **PROPOSTA COMERCIAL COM O PREÇO REALINHADO**, bem como,



**a PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO e do QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO BDI.**

Será desclassificada a proposta com preços superiores ao fixado ou considerada manifestadamente inexequível, nos termos do disposto no artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como, não se admitindo proposta com preços irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado acrescidos dos respectivos encargos.

No caso de suspeição quanto à exequibilidade da proposta de preço, será fixada pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO, prazo não inferior a 48hs (quarenta e oito horas), para que a licitante comprove a viabilidade de seus preços, comparativamente praticados no mercado.

O objeto do presente instrumento será executado de forma indireta, sob o regime de Empreitada por Preço Unitário.

## **11 - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA LICITAÇÃO**

**Habilitação Jurídica**, nos termos do art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21;

**Qualificação Técnica**, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/21;

1. Certidão de registro do licitante no CREA – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ou CAU – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO.

1.1. Caso a licitante seja de outro estado da federação, será necessário o visto do CREA/RJ ou do CAU/RJ, quando da assinatura do contrato.

2. Prova de possuir no seu quadro, na data da realização da licitação, profissional de nível superior detentor de ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) expedida pelo CAU – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO, COM REGISTRO DE ATESTADO, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação. As parcelas de maior relevância para a QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL são os serviços:





ITEM	DESCRIÇÃO	UND
1.4.1.	Execução de alambrado em tubos de aço galvanizado.	M2
1.3.2.	Execução de viga em concreto armado, contendo corte e dobra do aço, formas e concretagem.	M

2.1. As parcelas de maior relevância não poderão ser objeto de subcontratação, conforme entendimento previsto no processo TCE/RJ 100.389-4/17.

2.2. A comprovação de que o detentor do referido ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA tenha vínculo empregatício com o licitante deverá ser realizada através da carteira de trabalho ou folha/ficha de registro do empregado ou outro documento equivalente e aceito pela legislação trabalhista ou, ainda, através de certidão de registro no CREA – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ou CAU – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO ou contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa e o profissional ou vínculo societário demonstrado através do contrato social ou outro documento equivalente na forma da lei que comprove a existência de liame jurídico entre o licitante e o profissional qualificado (VÍNCULO PROFISSIONAL).

3. ATESTADOS(S) DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no PROJETO BÁSICO do, com clara menção do produto e execução bem sucedida, quanto ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade dos mesmos, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) expedida pelo CAU – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO, COM REGISTRO DE ATESTADO.

3.1. A comprovação da execução dos serviços relativos às parcelas de maior relevância técnica poderá ser feita por meio de um ou mais atestados de capacidade técnica. Será aceito o conjunto de documentos apresentados desde que demonstrem, de forma inequívoca, a execução mínima de 50% dos quantitativos dos serviços listados a seguir, os quais são considerados essenciais para a adequada realização do objeto contratado:





ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	Mínimo de 50%
1.4.1.	Execução de alambrado em tubos de aço galvanizado.	M2	391,80	195,90
1.3.2.	Execução de viga em concreto armado, contendo corte e dobra do aço, formas e concretagem.	M	122,40	61,20

A Visita Técnica aos locais onde os serviços serão executados será facultativa aos futuros interessados, devendo ser agendado previamente pelo e-mail: [planejamentoitap@gmail.com](mailto:planejamentoitap@gmail.com).

**Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**, nos termos do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21;

**Qualificação Econômico-Financeira**, nos termos do art. 69, da Lei Federal nº 14.133/21:

Certidão Negativa sobre Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

Comprovação de Capital Mínimo ou Patrimônio Líquido, equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

## **12 - PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS**

Não será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio e cooperativas.

## **13 - PRAZOS DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E REAJUSTE CONTRATUAL**

O prazo de execução será de, no máximo, 5 (cinco) meses e começará a contar a partir da data informada na Ordem de Serviço a ser emitida pela Secretaria Municipal Planejamento juntamente com a Secretaria Municipal de Esporte e lazer.

O prazo de início dos serviços poderá ser prorrogado mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram motivos devidamente evidenciados e sujeitos à análise prévia da Secretaria.

Após a formalização contratual e da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o prazo de vigência da contratação será de 10 (dez) meses corridos e começará a contar a partir da data indicada na Ordem de Serviços.



**Prefeitura Municipal de Itaperuna**  
**Secretaria Municipal de Planejamento**  
**Av. Cory Pillar, nº 1838 – Cidade Nova**  
**Itaperuna/RJ - Tel.: 0800 711 2121**



Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, em 06/2025.

O valor do contrato poderá ser recomposto, decorrido 1 (um) ano da data-base do orçamento, caso o mesmo não tenha sido executado, e assim a cada período de 1 (um) anos contada da data do último reajuste, aplicando-se o índice do INCC/FGV, a requerimento do contratado e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento ou revisão, conforme o art. 92, § 3º da Lei Federal nº 14.133/21.

O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, na forma do artigo 111 da Lei Federal nº 14.133/21.

A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

## **14 - GARANTIA CONTRATUAL**

O contratado deverá apresentar, obrigatoriamente:

- a) Garantia de execução do contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante toda a vigência contratual, inclusive durante o prazo de garantia dos serviços, quando aplicável. A garantia deverá ser apresentada em até 15 (quinze) dias úteis após a publicação do contrato, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração. A contratada poderá optar por uma das modalidades previstas para esse fim, desde que aceitas pelo contratante.
- b) Garantia da proposta, a ser apresentada no momento da habilitação, no valor de até 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, com validade mínima de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de abertura das propostas, prorrogável nos termos definidos no edital. A garantia da proposta visa assegurar o compromisso do licitante com os termos da proposta apresentada e sua manutenção até a assinatura do contrato, sendo retida até a apresentação da garantia de execução contratual ou liberada conforme estabelecido em edital.



## **15 - VALOR(ES) ESTIMADO(S) DA(S) OBRA(S)**

O preço total estimado pela Administração para a contratação do objeto desta concorrência é de R\$425.089,31 (Quatrocentos e vinte e cinco mil, oitenta e nove reais e trinta e um centavos.), tendo por base o catálogo SINAPI (01/2026), EMOP (01/2026) e das composições criadas com base em pesquisas de mercado, no valor total já estão incorporados o BDI. Desta forma, estão incluídos os impostos, os encargos sociais, a administração e o lucro, devendo assim ser considerado como preço máximo do certame.

## **16 - DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**

Assinar o Contrato, conforme o caso, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data do envio, e manter, durante toda a sua vigência, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

Executar os serviços contratados conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias para execução do objeto.

Executar os serviços objeto do presente Projeto Básico rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo Edital e seus anexos.

Credenciar, junto ao M. I., preposto para representá-lo e atender as requisições efetuadas pelo Fiscal/Gestor da contratação.

Certificar-se, respondendo pelos eventuais descumprimentos, de que todos os seus empregados e os de suas possíveis subcontratadas fazem uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), adequados à prevenção de acidentes, previstos em leis e regulamentos concernentes à segurança, higiene e medicina do trabalho. A fiscalização do contratante poderá determinar a paralisação dos serviços enquanto os empregados não portarem tais equipamentos, correndo os respectivos ônus por conta da contratada e mantendo-se inalterados os prazos de execução dos serviços.

Os serviços serão executados em dias úteis e em horário comercial, devendo qualquer outra situação ser comunicada e autorizada previamente pela fiscalização do M. I., cabendo à



**Prefeitura Municipal de Itaperuna**  
**Secretaria Municipal de Planejamento**  
**Av. Cory Pillar, nº 1838 – Cidade Nova**  
**Itaperuna/RJ - Tel.: 0800 711 2121**



contratada arcar com todas as despesas decorrentes da eventual execução de trabalhos em horário extraordinário (diurno, noturno, domingos e feriados), inclusive iluminação, despesas com instalações e equipamentos necessários a plena execução dos serviços, quando indispensável ao cumprimento dos prazos estipulados.

A licitante vencedora se obriga, durante a execução das obra/serviços, a não prejudicar o funcionamento das atividades normais do M. I., e fornece toda a tecnologia, mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços previstos, tendo como base a Planilha Orçamentária.

As obras/serviços deverão ser executadas em conformidade com as determinações das Normas Brasileiras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Desempenhar os serviços com zelo, diligência e honestidade, observando a legislação vigente e resguardando os interesses da Contratante, sem prejuízo da dignidade e independência profissional.

Manter sigilo a respeito de todos os dados e informações que vierem a ser utilizados na execução do contrato, durante o período de vigência da contratação e por período indeterminado.

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto.

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, securitárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

Compete à licitante vencedora, providenciar junto aos Poderes Públicos e Entidades Concessionárias de Serviços Públicos, com as antecedências que se fizerem necessários, os registros, licenças e autorizações adequadas à proteção, execução e continuidade do objeto deste projeto básico, quando possam ser afetadas pela execução e conclusão das obras/serviços em questão.

Compete à licitante vencedora, contratar, por sua conta, todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste Projeto



**Prefeitura Municipal de Itaperuna**  
**Secretaria Municipal de Planejamento**  
**Av. Cory Pillar, nº 1838 – Cidade Nova**  
**Itaperuna/RJ - Tel.: 0800 711 2121**



Básico.

Manter as áreas de trabalho constantemente limpas e desimpedidas, livres de monturos, detritos, materiais imprestáveis, refugados ou sucatas, entregar os serviços concluídos, livres e desembaraçados de quaisquer materiais e equipamentos utilizados em sua execução, incluindo a limpeza das áreas adjacentes e transportar, para local(is) apropriado(s), aprovado pelo contratante, os materiais de “bota-fora”, entulhos e lixos de qualquer natureza, provenientes dos serviços.

Responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados, fornecer aos seus empregados uniformes adequados, exigindo e fiscalizando o seu uso, bem como a identidade funcional, o que também exigirá dos empregados das possíveis subcontratadas, responder exclusiva e integralmente, perante o contratante, pelos fornecimentos e instalações contratadas, incluindo aqueles que subcontratar com terceiros.

Utilizar na execução dos serviços, profissionais idôneos e habilitados, de acordo com o gabarito técnico indispensável, atender aos pedidos fundamentados do contratante para substituir ou afastar quaisquer empregados.

Manter quadro de pessoal suficiente, portando documento de identificação, para que não ocorra interrupção no serviço, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve,

falta ao serviço ou demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE.

Tratar todo e qualquer assunto relativo à execução do contrato, somente com o Fiscal do Contrato, sem que haja ingerência de terceiros, não credenciados para tal fim.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

O(s) produto(s) utilizado(s) na(s) execução(ões) do(s) serviço(s) **NÃO** deverão ser reconicionados, remanufaturados ou qualquer outra terminologia empregada para indicar produto proveniente de reutilização.

Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto nos limites fixados no art. 125 da Lei Federal n.º 14.133/21.



**Prefeitura Municipal de Itaperuna**  
**Secretaria Municipal de Planejamento**  
**Av. Cory Pillar, nº 1838 – Cidade Nova**  
**Itaperuna/RJ - Tel.: 0800 711 2121**



Compete ainda à licitante vencedora:

- a) Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do M. I., mantendo no(s) local(is) das obras/serviços, um “Diário de Obra/Serviço” para o registro de ocorrências e irregularidades na execução dos trabalhos, devendo ser assinado, diária e simultaneamente, pelo representante credenciado da CONTRATADA e pela fiscalização, permanecendo em local(is) acessível e a qualquer momento;
- b) Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização do M. I. ao(s) local(is) da(s) obras/serviços em questão;
- c) Cientificar, imediatamente, à fiscalização do M. I. de qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no(s) canteiro(s) da(s) obras/serviços;
- d) Substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações técnicas e corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização do M. I.;
- e) Atender as medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização do M. I.;
- f) No prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de recebimento do ofício de autorização para o início da execução contratual, a licitante vencedora deverá apresentar ao M. I., o comprovante da devida ART paga junto ao CREA-RJ ou RTT paga junto ao CAU/RJ;
- g) Fornecer garantia mínima de 60 (sessenta) meses para o perfeito funcionamento da(s) obras/serviços, conforme art. 618 do código civil de 2002, contados a partir da aceitação provisória da(s) mesmas, objeto deste Projeto Básico;
- h) observar, durante a execução da(s) obras/serviços, o prescrito na Resolução CONAMA 307/2002, quanto ao gerenciamento de resíduos da construção civil;
- i) Manter, durante a execução do contrato um engenheiro ou arquiteto formalmente credenciado, para recepção de instruções da Fiscalização, bem como, proporcionar, toda a assistência e facilidades necessárias ao bom e fiel cumprimento de suas funções;
- j) Programar e propor métodos de trabalhos e de utilização dos veículos, máquinas, equipamentos e materiais a serem empregados na execução da(s) obras/serviços, submetendo-os à apreciação da Fiscalização do M. I., atendendo imediatamente, à notificação escrita deste para alterá-los, seja com o fim de ajustá-los às necessidades dos serviços ou de



suplementar mão de obra ou equipamentos deficientes ou insuficientes, sem prejuízo das penalidades que couberem pelo desatendimento;

l) Responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;

m) Apresentar, quando da entrega da(s) obras/serviços, levantamento cadastral da construção/reforma ou modificação (“as built”), em meio magnético e plotado em plástico poliéster, em escalas adequadas;

n) Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização, ficando o M. I. autorizado a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos; e

o) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146/2015.

A proponente garantirá que:

a) Antes da apresentação de sua proposta comercial, tomará conhecimento das normas e diretrizes do M. I., providenciando a obtenção de todas as informações necessárias sobre as condições e peculiaridades do(s) local(is), devidamente consideradas na composição dos serviços inerentes ao caso;

b) Vistoriará o(s) local(is) da(s) obras/serviços, objeto deste Projeto Básico, conforme documento obtido junto ao M. I.; e

c) Qualquer falha na pesquisa minuciosa do(s) local(is) da obra/serviços ou de suas condições, não a isenta da responsabilidade da avaliação correta dos seus orçamentos, planejamento de serviços, e de arcar com os eventuais prejuízos consequentes.

Sempre que solicitado pela Administração, provar que:

- Está pagando os salários até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao vencido a seus empregados ou agregados;





**Prefeitura Municipal de Itaperuna**  
**Secretaria Municipal de Planejamento**  
**Av. Cory Pillar, nº 1838 – Cidade Nova**  
**Itaperuna/RJ - Tel.: 0800 711 2121**



- Anotou as carteiras de trabalhos de seus empregados ou formalizou contrato com seus agregados; e
- Encontra-se em dia com o recolhimento de tributos, contribuições e encargos, relativos à execução do contrato resultante desta contratação.

## **17 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Expedir a Ordem de Serviços necessária para o começo da prestação de serviços por parte da contratada.

Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de prepostos ou representantes da contratada às dependências da contratante relacionadas à execução do objeto deste Projeto Básico;

Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, verificando, ainda, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação e prestando as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto contratado, que venham a ser solicitados por representante legal ou preposto da contratada;

Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos contratualmente e tudo o mais que se relacione com a prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para o M. I. ou modificação das obrigações;

Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução da(s) obras/serviços, fixando prazo para a sua correção;

Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

Manter, através da Fiscalização, registros de ocorrências com a junção de documentos relacionados com eventuais serviços realizados em desconformidade com a contratação;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos com as especificações constantes do Projeto Básico, edital de licitação e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos



contratualmente;

Conduzir os procedimentos relativos à aplicação de reajuste e revisão de preços, se cabível;

Aplicar à contratada, penalidades administrativas por descumprimento das obrigações contratuais e do edital de licitação;

Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária;

A Fiscalização da(s) obras/serviços será efetuada pelo representante indicado pelos órgãos competentes do M. I., sendo exercida na forma estabelecida na legislação pertinente.

Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares da(s) obras/serviços de engenharia civil e as cláusulas contratuais deste instrumento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

## **18 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

<b>Ficha</b>	<b>Programa de Trabalho</b>	<b>Fonte</b>	<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Projeto e/ou Atividade</b>	<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Crédito Adicional Suplementar R\$</b>
648	278130228.1.2 51	Outras Transferências de Convênio	4.4.90.51.00.00.00— Obras e Instalações	Construção do campo Society no morro do Castelo	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	396.000,00
652	278130228.2.0 33	Recursos não Vinculados de Impostos	4.4.90.51.00.00.00— Obras e Instalações	Construção do campo Society no morro do Castelo	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	29.089,31

## **19 - GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

O gerenciamento e a fiscalização da contratação, decorrente deste Termo, caberá a Secretaria Municipal de Planejamento, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto.



Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o(s) objeto(s) licitado(s), desde que não acarrete ônus para o M. I. ou modificação da contratação.

As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do M. I. deverão ser solicitadas formalmente pelo CONTRATADO à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

O CONTRATADO deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de sua atividade.

A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do CONTRATADO, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante o M. I. ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará em corresponsabilidade do M. I. ou de seus prepostos, devendo, ainda, o CONTRATADO, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato ao M. I. dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

Ficam indicados como fiscal e gestor do contrato, os seguintes servidores:

- Fiscal do futuro contrato: Bernardo Figueiredo de Almeida / Engenheiro Civil. Matrícula: 60261-2/1.
- Gestor do futuro contrato: Jerônimo de Oliveira Silva / Diretor de D. D. E. Territorial. Matrícula: 58446-0/1.

## **20 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Projeto Básico e do correspondente Edital, o M. I., sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à CONTRATADA, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item anterior do Termo de Referência, no



editais e no instrumento contratual, a Contratada estará sujeita a multas no caso da ocorrência das situações correlacionadas e graduadas adiante, relacionadas especificamente à efetiva execução do objeto, relevadas possíveis justificativas que possam ser apresentadas por parte da contratada.

#### **Atrasos (Moratória)**

<b>ITEM</b>	<b>CONDUTA</b>	<b>MULTAS</b>	<b>BASE</b>
1	O atraso injustificado da assinatura deste CONTRATO, fora do prazo definido previamente no edital de licitação e seus anexos	0,5 %, por dia de atraso injustificado, limitado a 10%	Valor Adjudicado
2	Deixar de indicar, ou informar substituição, dos prepostos da empresa durante a execução do Contrato	0,5 %, por dia de atraso, limitado a 10%	Valor do Contrato ou remanescente
3	O atraso injustificado, para iniciar a execução do objeto no prazo previsto no instrumento contratual, edital de licitação e seus demais anexos (art.162 da Lei Federal 14.133/21)	1 %, por dia de atraso injustificado, limitada até 30%	Valor do Contrato
4	O atraso injustificado na execução do objeto (art.162 da Lei Federal 14.133/21)	1 %, por dia de atraso injustificado, limitada até 30%	Valor do Contrato ou remanescente

#### **Inexecução Parcial (Compensatórias)**

<b>ITEM</b>	<b>CONDUTA</b>	<b>MULTAS</b>	<b>BASE</b>
1	A não disponibilização de canal de atendimento, seja telefônico ou por meio digital, inviabilizando a devida comunicação com a contratada	5%, duplicada na reincidência, limitada a 20%, sujeita ainda às demais sanções	Valor do Contrato ou remanescente



2	Utilizar materiais, insumos, equipamentos e utensílios, em quantidade e qualidade fora dos padrões previstos	5%, duplicada na reincidência, limitada a 20%, sujeita ainda as demais sanções legais	Valor do Contrato ou remanescente
3	Desatender as determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, assim como de seus superiores (inciso II do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	5%, por ocorrência, limitada a 30%	Valor do Contrato ou remanescente
4	Não apresentar documentos de comprovação fiscal exigidas na fase de pagamento da prestação de serviços, previstas no instrumento contratual ou edital e seus anexos (inciso I do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	5% por ocorrência	Valor do Contrato ou remanescente
5	Efetuar a subcontratação total ou parcial do objeto, não admitida no contrato ou edital e seus anexos (inciso I do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	20%	Valor do Contrato ou remanescente
6	Paralisar o serviço/fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração (inciso I do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	20%	Valor do Contrato ou remanescente
7	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência	20%	Valor do Contrato ou remanescente

I - Decorridos 20 (vinte) dias da convocação para assinatura do Contrato (ou retirada/aceite de empenho ou instrumento equivalente), sem a manifestação do adjudicatário, ficará configurada a recusa a que alude o § 5º do artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/21, sujeitando-a ao Impedimento de Licitar e Contratar pelo período de 2 (dois) anos, além da aplicação da multa prevista no item 1 da Tabela de Eventos, devidamente convertida em compensatória, na forma



do parágrafo único do artigo 162 da Lei Federal nº 14.133/21;

II - A inexecução total da avença contratual sujeitará o contratado a multa compensatória de 30% do valor da contratação, além da possibilidade da aplicabilidade do Impedimento de Licitar e Contratar pelo período de 2 (dois) anos;

III - As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, não sendo ainda compensatórias diante da sua natureza, seja por mora ou pena, ressalvadas a exceção prevista do parágrafo único do artigo 162 da Lei Federal nº 14.133/21;

IV - Observados reiterados atrasos injustificados durante a execução contratual, a multa de mora aplicada poderá ser convertida em compensatória, podendo a Administração promover a extinção unilateral com a aplicação cumulada de outras sanções administrativas, consoante disposições contidas no caput e parágrafo único do artigo 162 da Lei Federal nº 14.133/2021;

V - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se existente, ou será cobrada judicialmente;

VI - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar, e com a Declaração de Inidoneidade de Licitar ou Contratar;

VII - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito do M. I. de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **21 - RECEBIMENTOS DAS OBRAS/SERVIÇOS**

Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

Provisoriamente pela Secretaria Municipal de Planejamento, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de entrega do objeto e nos termos do art. 140, inciso I, alínea a, da Lei Federal nº 14.133/21, após a constatação de que o objeto atendeu as especificações da contratação;

Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características de cada item, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento



definitivo;

Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade;

O recebimento definitivo do objeto será emitido pela Secretaria Municipal de Planejamento, nos termos do art. 140, inciso I, alínea b, da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, após a emissão do termo de aceitação provisória, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas no Projeto Básico;

O aceite/aprovação dos produtos pelo M. I. não exclui a responsabilidade civil do contratado por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no Projeto Básico.

## **22 - CONDIÇÕES DOS PAGAMENTOS**

O pagamento será efetuado pelo Município de Itaperuna, após a liberação dos recursos pela Secretaria Municipal de Planejamento, em parcelas, à medida que o objeto for executado, de acordo com a(s) proposta(s) vencedora(s), observando o cronograma físico-financeiro, mediante crédito em conta corrente da Contratada, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo, com a apresentação da nota fiscal, devidamente atestadas por dois servidores estáveis da contratante, verificado o recebimento do objeto contratual e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas neste PROJETO BÁSICO e a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei Federal 14.133/21;

Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra o **Município de Itaperuna**, situado à **Rua Izabel Vieira Martins, nº 131 – Presidente Costa e Silva – Itaperuna/RJ**, inscrito no CNPJ nº **28.916.716/0001-52**, devidamente acompanhado dos seguintes documentos:

a) Comprovantes de regularidade fiscais (C. N. D. – Certidão Negativa de Débito ou Certidão(ões) positiva(s) com Efeito de Negativa(s), na forma da lei) junto às **Receitas Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Débitos Trabalhistas – TST**.





O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no item anterior e, desde que o atraso decorra de culpa do M. I., o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre o valor da nota devida.

Na ocorrência de eventuais antecipações de pagamento, sempre em correspondência à antecipação de serviço, o respectivo desconto, seja a requerimento do contratado ou no interesse da Administração, será calculado aplicando-se o índice de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação. Aplicar-se-á, como desconto, a compensação financeira acima referida, atendendo-se deste modo, o que dispõe o § 1º do art. 145 da Lei Federal nº 14.133/21.

Os serviços eventualmente prestados em horários noturnos, fins de semana ou feriados não implicam em majoração do preço a ser pago a Contratada.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## **23 - SUSTENTABILIDADE**

A Contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber.

No caso de descarte e destinação ambientalmente adequada dos inservíveis, eventualmente utilizados e/ou substituídos na execução do objeto, a contratada deverá proceder ao descarte e destinação ecologicamente correta.

Todos os custos referentes ao recebimento de inservíveis, tais como coleta, transporte, recebimento e manuseio, correrão por conta da Contratada.

## **24 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

Deverá ser observada à Lei Complementar nº 123/2006 e as suas posteriores alterações (Lei Complementar nº 147/2014), concernente ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e as empresas de pequeno porte.

A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração



revogá-la, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos dos incisos II e III do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do ajuste/contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

O Contrato poderá ser cancelado a qualquer tempo por inobservância de qualquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial e também nos casos de Falência, Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial ou Dissolução da CONTRATADA, ou declaração de insolvência dos seus sócios, Gerentes ou Diretores, bem como da transferência do presente, no todo ou em parte, imperícia, negligência ou imprudência na prestação dos serviços, conforme preceitua o TÍTULO IV da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

O objetivo final deste Projeto Básico é que a(s) obras/serviços sejam executados em perfeitas condições, de modo que o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra deverão ser previstos para incluir todos os componentes necessários para tanto, mesmo aqueles que, embora não claramente citados, sejam necessários e indispensáveis para se atingir o perfeito atendimento do objeto.

Pequenos detalhes que não são usualmente especificados ou mostrados, mas que são necessários para a execução satisfatória dos serviços, deverão ser incluídos como se tivessem sido citados, fazendo parte, portanto, do contrato.

Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos documentos ora fornecidos deverão ser, antecipadamente, objeto de impugnação, e não poderão constituir pretexto para a CONTRATADA pretender cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á a CONTRATADA como especializado nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos no presente Projeto Básico, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento da(s) obras/serviços.



**Prefeitura Municipal de Itaperuna**  
**Secretaria Municipal de Planejamento**  
**Av. Cory Pillar, nº 1838 – Cidade Nova**  
**Itaperuna/RJ - Tel.: 0800 711 2121**



Os proponentes deverão fazer pesquisa minuciosa do objeto, não as isentando de responsabilidade sobre a correta avaliação dos seus orçamentos e planejamento, arcando com os eventuais prejuízos consequentes.

A participação neste procedimento licitatório será considerada como evidência de que o licitante examinou suficientemente todas as informações disponíveis e obteve informações satisfatórias acerca dos serviços, importando ainda aceitar todos os termos e condições deste Projeto Básico.

Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto, salvo por autorização expressa do Município.

As questões decorrentes da execução do instrumento contratual, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Itaperuna/RJ para efeito de competência nas eventuais demandas advindas deste pacto, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Itaperuna/RJ, 27 de abril de 2026.

Carlos Alexandre Vieira Seródio  
Secretário Municipal de Planejamento

Bernardo Figueiredo de Almeida  
Engenheiro Civil  
CREA-RJ 2022108626